

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO, CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E DIREITO

INTERTEMPORAL	33
1. Meios de impugnação	33
2. Conceito de recurso	33
3. Classificação	34
3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	34
3.2. Quanto à fundamentação	35
3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	35
3.4. Quanto à independência.....	36
3.4.1. Recurso adesivo (subordinado).....	36
3.4.1.1. Requisitos	37
3.5. Resumo das classificações.....	39
4. Direito intertemporal.....	39
4.1. Lei nº 13.467/17 (Reforma trabalhista)	41
4.2. Ação rescisória	42
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	42

CAPÍTULO II

PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE RECURSO.....

1. Sentença.....	45
1.1. Conceito.....	45
1.2. Requisitos.....	46
1.2.1. Fundamentação	48
1.2.1.1. Fundamentação <i>per relationem</i>	53
1.3. Classificação	55
1.4. Recorribilidade.....	56
2. Decisão interlocutória.....	56
2.1. Recorribilidade.....	57
2.1.1. Julgamento Antecipado	58
2.1.1.1 Julgamento Antecipado Total	58
2.1.1.2. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	58
2.1.2. Natureza da decisão que reconhece a incompetência e recorribilidade	60
2.1.3. Impugnação das decisões interlocutórias nas contrarrazões	61

3. Acórdão.....	63
3.1. Recorribilidade.....	63
4. Despacho.....	64
4.1. Recorribilidade.....	64
5. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	64

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	65
1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	65
2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	65
3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade).....	66
4. Princípio da consumação.....	66
5. Princípio da fungibilidade (convertibilidade).....	67
6. Princípio da dialeticidade.....	70
6.1. Motivação secundária e impertinente.....	72
6.2. Princípio da dialeticidade no recurso ordinário.....	74
7. Princípio da voluntariedade.....	76
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	76
9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	76
10. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	82
11. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	83
12. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	84
12.1. Princípio da fungibilidade.....	84
12.2. Princípio da dialeticidade.....	85
12.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	85

CAPÍTULO IV

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	87
1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	87
1.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista (IN nº 40 do TST).....	90
1.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	91
1.1.2. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e omissivo em um único recurso de revista.....	92
1.1.3. Juízo de admissibilidade parcial quando o tema está pacificado em recurso de revista repetitivo, IRDR e assunção de competência.....	93
1.1.4. Observações sobre a Instrução Normativa nº 40 do TST.....	94
1.2. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade.....	96
2. Súmula do TST e orientação jurisprudencial relacionadas ao capítulo.....	97
2.1. Juízo de admissibilidade.....	97

CAPÍTULO V

PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	99
1. Introdução.....	99
2. Cabimento.....	100
3. Legitimidade para recorrer.....	100
3.1. Partes.....	101
3.1.1. Recurso interposto por somente um litisconsorte.....	101
3.1.2. União quanto às contribuições previdenciárias.....	102

3.1.3.	Autarquias e fundações	103
3.1.4.	Serventuários eventuais da justiça	106
3.1.5.	Testemunha no caso de aplicação da multa do art. 793-D da CLT	107
3.1.6.	Advogado	110
3.1.7.	<i>Amicus curiae</i>	110
3.2.	Terceiro prejudicado	112
3.3.	Ministério Público	113
4.	Interesse em recorrer	116
4.1.	Interesse recursal na extinção do processo sem resolução do mérito	117
4.2.	Interesse recursal na cumulação de pedidos	117
4.3.	Interesse recursal na improcedência dos pedidos	118
5.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	119
5.1.	Aceitação da decisão	120
5.2.	Renúncia	120
5.3.	Desistência	121
5.3.1.	Desistência de recurso paradigma em julgamento de revista repetitivo e de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida	121
6.	Tempestividade	122
6.1.	Intempestividade	124
6.2.	Momento de comprovação da tempestividade	125
6.3.	Intempestividade conhecida de ofício em recurso posterior	130
6.4.	Princípios dos prazos processuais	130
6.5.	Contagem dos prazos recursais	131
6.5.1.	Contagem dos prazos em dias úteis	132
6.5.1.1.	Direito intertemporal	132
6.5.2.	Início da contagem quando marcada audiência de julgamento ...	134
6.5.3.	Início da contagem do prazo recursal para o Ministério Público do Trabalho	136
6.5.4.	Início da contagem para recorrer da multa aplicada à testemunha	136
6.5.5.	Contagem dos prazos recursais no processo eletrônico	137
6.5.6.	Contagem do período para apresentação dos originais no recurso interposto via fac-símile	138
6.5.7.	Interrupção e suspensão dos prazos recursais	140
6.5.7.1.	Recesso forense	142
6.6.	Prorrogação do prazo recursal no caso de indisponibilidade do sistema ...	145
6.6.1.	Comprovação da indisponibilidade do sistema	146
6.7.	Prazos recursais diferenciados	146
6.7.1.	Prazo diferenciado das contrarrazões	148
7.	Representação	149
7.1.	Condições de validade do mandato	151
7.1.1.	Mandato firmado em nome de pessoa jurídica	153
7.2.	Cláusula limitativa de poderes no âmbito do TRT	154
7.3.	Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	155
7.4.	Substabelecimento	158
7.5.	Representação por preposto	160
7.6.	Representação por estagiário	160
7.7.	Representação das pessoas jurídicas de direito público	161
7.7.1.	Representação das autarquias e fundações por procuradores do Estado ou município	163

7.7.2.	Representação da União para recorrer quanto às contribuições previdenciárias	165
7.8.	Revogação do mandato.....	166
7.9.	Irregularidade de representação	167
8.	Preparo.....	169
8.1.	Custas processuais.....	169
8.1.1.	Valor das custas processuais	169
8.1.1.1.	Fase de conhecimento	169
8.1.1.2.	Fase de execução.....	171
8.1.2.	Responsabilidade pelo pagamento das custas	171
8.1.3.	Momento de pagamento	172
8.1.3.1.	Inversão do ônus da sucumbência	173
8.1.3.1.1.	Reembolso das custas à parte vencedora ..	174
8.1.4.	Responsabilidade pelo pagamento das custas nas condenações solidária e subsidiária	177
8.1.5.	Comprovação do pagamento das custas processuais	178
8.1.6.	Guia para recolhimento e possibilidade de regularização	178
8.1.7.	Recolhimento por pessoa estranha ao processo	179
8.1.8.	Diferença no pagamento e complementação das custas	179
8.1.8.1.	Ausência de recolhimento das custas processuais e pagamento em dobro	181
8.1.9.	Isenção do pagamento das custas	183
8.1.9.1.	Beneficiário da justiça gratuita	183
8.1.9.1.1.	Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento pelo não comparecimento do reclamante na audiência inaugural	185
8.1.9.1.2.	Benefício da justiça gratuita ao empregador	187
8.1.9.1.3.	Impugnação da concessão do benefício da justiça gratuita	188
8.1.9.1.4.	Rejeição da concessão do benefício da Justiça gratuita e o contraditório prévio ...	190
8.1.9.1.5.	Impugnação da decisão que rejeita a concessão do benefício da Justiça gratuita	192
8.1.9.1.6.	Impugnação da decisão que concede o benefício da Justiça, mas impõe o pagamento de honorários periciais e honorários advocatícios	192
8.1.9.1.7.	Efeitos da revogação do benefício.....	193
8.1.9.1.8.	Revogação de ofício	195
8.1.9.1.9.	Reforma da decisão que concede o benefício em sede recursal	195
8.1.9.2.	Empresas públicas e sociedades de economia mista	195
8.1.9.3.	Entidades fiscalizadoras do exercício profissional	195
8.1.10.	Massa falida, empresas em liquidação extrajudicial e em recuperação judicial.....	196
8.1.11.	Recolhimento em caso de litigância de má-fé	197
8.2.	Depósito recursal.....	199
8.2.1.	Ações que exigem o depósito recursal.....	199
8.2.2.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	200

8.2.2.1.	Momento para requerer a substituição do depósito recursal em dinheiro por seguro garantia judicial	202
8.2.3.	Sujeitos que devem recolher o depósito recursal	203
8.2.4.	Valor do depósito recursal	203
8.2.4.1.	Redução do valor do depósito recursal pela metade....	205
8.2.5.	Depósito na fase de execução	206
8.2.6.	Depósito recursal nas condenações solidária e subsidiária	207
8.2.6.1.	Condenação solidária	207
8.2.6.2.	Condenação subsidiária	208
8.2.7.	Depósito na reclamação plúrima e na substituição processual	209
8.2.8.	Depósito recursal de decisão anulada	209
8.2.8.1.	Alteração do limite do depósito recursal após interposição do primeiro recurso	209
8.2.9.	Depósito recursal no julgamento antecipado parcial de mérito ...	210
8.2.10.	Recursos que exigem o depósito recursal	211
8.2.10.1.	Depósito recursal no agravo de instrumento	212
8.2.10.2.	Depósito recursal em recurso na ação rescisória	213
8.2.11.	Prazo para recolhimento e para comprovação do depósito recursal	214
8.2.12.	Forma de realização do depósito recursal	215
8.2.13.	Preenchimento da guia de depósito judicial e possibilidade de regularização	216
8.2.14.	Recolhimento por pessoa estranha ao processo	219
8.2.15.	Diferença no recolhimento do depósito recursal	219
8.2.16.	Correção monetária	221
8.2.17.	Liberação do depósito recursal	222
8.2.17.1.	Liberação do depósito recursal em execução provisória	222
8.2.18.	Dispensa do recolhimento do depósito	224
8.2.18.1.	Beneficiário da justiça gratuita	224
8.2.18.2.	Entidades filantrópicas	225
8.2.18.3.	Empresas em recuperação judicial	226
8.2.18.4.	Massa falida	227
8.2.18.5.	Empresa em liquidação extrajudicial	228
8.2.19.	Dispensa do depósito recursal nas condenações de honorários advocatícios e honorários periciais	228
9.	Regularidade formal	229
9.1.	Motivação do recurso	230
9.2.	Assinatura	234
10.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	235
10.1	Legitimidade e interesse para recorrer	235
10.2.	Tempestividade	236
10.3.	Representação	236
10.4.	Custas processuais	238
10.5.	Depósito Recursal	239
10.6.	Depósito de multa por litigância de má-fé	240
10.7.	Regularidade formal	240
11.	Informativos do TST relacionados ao capítulo	241
11.1.	Momento de análise. Preclusão pro iudicato	241
11.2.	Cabimento	241
11.2.1.	Erro grosseiro	241

11.2.2.	Legitimidade.....	241
11.2.3.	Interesse	243
11.2.4.	Tempestividade.....	243
11.2.5.	Representação	247
11.2.6.	Assinatura digital.....	248
11.2.7.	Preparo.....	250
	11.2.7.1. Custas processuais	250
	11.2.7.2. Depósito Recursal	255
11.2.8.	Recurso enviado por fac-símile e via e-doc.....	264
11.2.9.	Multa por litigância de má-fé	267
11.2.10.	Regularidade formal.....	267
11.2.11.	Juntada de documentos	269

CAPÍTULO VI

EFEITOS RECURSAIS	271
1. Efeito obstativo	271
2. Efeito devolutivo.....	271
2.1. Extensão do efeito devolutivo	272
2.2. Profundidade do efeito devolutivo	272
2.2.1. Profundidade do efeito devolutivo nos recursos de natureza extraordinária.....	274
3. Efeito suspensivo	276
3.1. Tutela provisória deferida na sentença e concessão de efeito suspensivo ..	276
4. Efeito translativo	279
4.1. Efeito translativo nos recursos de natureza extraordinária	280
4.2. Pronunciamento <i>ex officio</i> da prescrição.....	283
5. Efeito regressivo	284
6. Efeito expansivo	284
7. Efeito substitutivo.....	285
8. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	286
9. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	286

CAPÍTULO VII

NULIDADES.....	289
1. Vícios processuais: classificação	289
2. Princípios das nulidades processuais.....	289
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	290
2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	290
2.2.1. Protesto	292
2.3. Princípio da economia processual	294
2.4. Princípio do interesse	294
2.5. Princípio da utilidade	294
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas.....	295
2.7. Princípio da primazia da decisão de mérito.....	295
3. Vícios na decisão.....	296
3.1. Julgamento extra petita.....	296
3.1.1. Impugnação da decisão extra petita	296
3.2. Julgamento <i>ultra petita</i>	297
3.2.1. Impugnação da decisão <i>ultra petita</i>	297

3.3.	Julgamento <i>citra petita</i>	297
3.3.1.	Impugnação da decisão <i>citra petita</i>	299
3.4.	Não aplicação do princípio da congruência	302
4.	Saneamento de vício em grau recursal	303
4.1.	Saneamento ou desconsideração de vício relacionado aos pressupostos recursais	303
4.2.	Saneamento de defeitos que atingem os atos do juiz	306

CAPÍTULO VIII

DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	307
1. Introdução	307
2. Regimento interno dos tribunais	307
3. Competência Originária e Derivada	307
4. Câmaras regionais descentralizadas	308
5. Registro e distribuição	308
6. Prevenção e conexão	309
7. Intervenção do Ministério Público do Trabalho	310
8. Produção de provas nos Tribunais	310
8.1. Juntada de documentos	311
9. Poderes do Relator	312
10. Sessões de Julgamento	315
11. Sustentação oral	317
12. Pedido de vista	319
13. Resultado	319
14. Acórdão	320
14.1. Notas Taquigráficas	321
15. Técnica de Julgamento do art. 942 do CPC/15	322
16. Informativos do TST relacionados ao capítulo	323

CAPÍTULO IX

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE RECURSAL	325
1. Generalidades	325
2. Majoração dos honorários advocatícios na fase recursal	328
3. Legitimidade para recorrer quanto aos honorários advocatícios	329
4. Pedido implícito	330
5. Condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento dos honorários advocatícios	331
6. Condenação de honorários advocatícios e dispensa do depósito recursal	331
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo	332

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO X

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	337
1. Introdução	337
2. Competência	337

3.	Hipóteses de cabimento	337
3.1.	Omissão	338
3.2.	Contradição	340
3.3.	Obscuridade	340
3.4.	Manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso	341
3.5.	Correção de erros materiais	342
4.	Prazo para interposição	342
4.1.	Lei nº 13.467/17 – Direito intertemporal	342
5.	Pronunciamentos recorríveis	343
5.1.	Decisão monocrática do relator	344
5.1.1.	Embargos de declaração com objetivo de integrar a decisão monocrática	344
5.1.2.	Embargos de declaração com objetivo de modificar a decisão monocrática	346
5.2.	Embargos de declaração do juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	347
6.	Obrigatoriedade de interposição dos embargos de declaração	349
7.	Embargos de declaração com efeito modificativo	351
7.1.	Necessidade de contraditório	352
8.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração	353
8.1.	Efeito interruptivo e o mandado de segurança	353
8.2.	Efeito interruptivo e desistência dos embargos	354
8.3.	Não produção do efeito interruptivo	355
8.4.	Recurso interposto pela parte adversa e o efeito interruptivo	356
9.	Efeito suspensivo	357
10.	Embargos de declaração protelatórios	357
10.1.	Cumulação da multa dos embargos de declaração protelatórios e da litigância de má-fé	360
11.	Embargos de declaração de decisão embargada	361
12.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	362
13.	Recurso principal e embargos de declaração interpostos simultaneamente	363
14.	Procedimento	363
15.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	364
16.	Informativos do TST relacionados ao capítulo	365

CAPÍTULO XI

RECURSO ORDINÁRIO		371
1.	Introdução.....	371
2.	Hipóteses de cabimento	371
2.1.	Recurso ordinário de sentença	372
2.2.	Recurso ordinário de acórdão do TRT	373
2.3.	Recurso ordinário de decisão interlocutória	373
2.3.1.	Julgamento antecipado parcial de mérito	374
3.	Juízo de retratação	376
4.	Novas questões de fato	377
5.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal	377
5.1.	Introdução.....	377
5.2.	Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito (art. 1.013, § 3º, I)	379

5.3. Sentença que contraria a regra da congruência (art. 1.013, § 3º, II)	379
5.4. Sentença que não analisa pedido (art. 1.013, § 3º, III)	380
5.5. Sentença sem fundamentação (art. 1.013, § 3º, IV).....	380
5.6. Acolhimento de prescrição ou decadência (art. 1.013, § 4º)	381
5.7. Impugnação da decisão que não julga o mérito imediatamente no tribunal	382
6. Procedimento	382
6.1. Procedimento do recurso ordinário no rito sumaríssimo	385
7. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	385
8. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	386

CAPÍTULO XII

AGRAVO DE PETIÇÃO	389
1. Introdução.....	389
2. Competência.....	389
3. Objeto (decisões impugnáveis)	389
3.1. Decisão de liquidação	391
3.2. Decisão que acolhe ou não a prescrição intercorrente	393
3.3. Decisão que inclui o devedor no banco nacional de devedores trabalhistas.....	394
3.4. Decisão que concede ou indefere medidas coercitivas	395
4. Delimitação da matéria e dos valores objetos de discordância	396
5. Efeito.....	398
6. Preparo.....	399
6.1. Custas processuais.....	399
6.2. Depósito recursal.....	399
7. Agravo de petição na execução provisória	400
8. Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica ...	401
9. Recurso adesivo no agravo de petição	403
10. Esquema.....	403
11. Procedimento	403
12. Súmulas do TST relacionadas ao capítulo	406
13. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	406

CAPÍTULO XIII

RECURSO DE REVISTA	409
1. Introdução.....	409
2. Reexame de fatos e provas	410
3. Prazo	412
4. Competência.....	412
5. Decisões suscetíveis de recurso de revista.....	413
5.1. Acórdão proferido em grau de recurso ordinário.....	413
5.2. Acórdão proferido em agravo de petição	413
5.2.1. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	413
5.2.2. Prescrição intercorrente	415
5.3. Acórdão de competência originária do TRT.....	416
5.4. Acórdão proferido em agravo de instrumento	417
5.5. Acórdão com natureza de decisão interlocutória	419
5.6. Decisão monocrática	420

5.7.	Acórdão proferido em agravo interno e agravo regimental.....	420
5.8.	Acórdão proferido em reexame necessário.....	421
6.	Hipóteses de cabimento.....	421
7.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	424
7.1.	Divergência jurisprudencial.....	425
7.1.1.	Conceito.....	425
7.1.2.	Cabimento.....	426
7.1.2.1.	Divergência deve ser na interpretação de lei federal (alínea a).....	427
7.1.2.2.	Divergência na interpretação de norma estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa e regulamento de empresa.....	428
7.1.2.3.	Divergência entre tribunais regionais diferentes.....	430
7.1.2.4.	Recurso de revista quando contrariar decisões da SDI (I ou II), decisões do Pleno do TST no recurso de revista repetitivo e precedentes normativos.....	431
7.1.2.5.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	431
7.1.2.5.1.	Teses firmadas nos recursos repetitivos, assunção de competência e resolução de demanda repetitivas.....	432
7.1.2.5.2.	Decisão impugnada em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial.....	433
7.1.2.5.3.	Divergência com súmula de outro TRT.....	433
7.1.2.5.4.	Demonstração analítica.....	434
7.1.2.6.	Decisões que não servem para legitimar a divergência no recurso de revista.....	435
7.1.2.7.	Esquema do cabimento do recurso de revista por divergência.....	435
7.1.3.	Divergência atual.....	435
7.1.4.	Abrangência parcial da divergência.....	436
7.1.5.	Comprovação da divergência.....	438
7.1.6.	Incidente de uniformização.....	441
7.1.6.1.	Generalidades.....	441
7.1.6.2.	Deveres dos Tribunais.....	443
7.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	445
7.2.1.	Introdução.....	445
7.2.2.	Conceito de dispositivo de lei e norma constitucional.....	445
7.2.3.	Indicação do dispositivo violado.....	447
7.2.3.1.	Violação frontal do dispositivo indicado como violado.....	447
7.2.4.	Demonstração analítica do dispositivo violado.....	448
7.2.5.	Interpretação razoável de dispositivo.....	448
7.2.6.	Violação reflexa da norma constitucional.....	450
7.3.	Prequestionamento.....	450
7.3.1.	Conceito.....	450
7.3.2.	Tese explícita.....	451
7.3.2.1.	Motivação per relationem.....	453
7.3.3.	Exigência de questionamento em matéria de ordem pública..	455
7.3.4.	Violação nascida na própria decisão recorrida.....	458

7.3.5.	Obrigatoriedade de oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento	459
7.3.5.1.	Necessidade de invocação da matéria no recurso principal	460
7.3.6.	Pquestionamento ficto	462
7.3.7.	Omissão no acórdão regional quanto à matéria fática	465
7.3.8.	Voto vencido para fins de prequestionamento	467
7.3.9.	Dever de o recorrente transcrever o trecho prequestionado	468
7.4.	Transcendência	469
7.4.1.	Generalidades	469
7.4.2.	Repercussão geral	471
7.4.3.	Indicadores de transcendência	472
7.4.3.1.	Critério econômico	473
7.4.3.2.	Critério político	475
7.4.3.3.	Critério social	476
7.4.3.4.	Critério jurídico	477
7.4.4.	Necessidade de alegação e fundamentação da transcendência pelo recorrente	477
7.4.5.	Análise da transcendência pelo relator	478
7.4.6.	Recurso da decisão do relator	479
7.4.7.	Sustentação oral no agravo	479
7.4.8.	Fundamentação do agravo não provido	479
7.4.9.	Irrecorribilidade do agravo não provido	480
7.4.10.	Decisão do relator em agravo de instrumento	481
7.4.11.	Análise da transcendência pelo presidente do TRT	483
7.4.12.	Direito intertemporal	483
8.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	484
9.	Recurso de revista na fase de execução	485
9.1.	Execução de título extrajudicial	485
9.2.	Casos de violação constitucional que autorizam o recurso de revista na execução	486
10.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista	488
11.	Procedimento	489
12.	Recurso de revista de causas repetitivas	493
12.1.	Introdução	493
12.2.	Requisitos	493
12.3.	Processamento	494
12.3.1.	Competência	494
12.3.2.	Proposta de afetação	494
12.3.3.	Iniciativa da proposta de afetação	495
12.3.4.	Escolha da causa-piloto (processo paradigma)	497
12.3.4.1.	Elementos objetivos	497
12.3.4.2.	Elementos subjetivos	499
12.3.5.	Decisão de afetação	501
12.3.5.1.	Delimitação do objeto do incidente	501
12.3.5.2.	Justificação dos processos paradigmas escolhidos	502
12.3.5.3.	Fixação das diretrizes de participação	503
12.3.5.4.	Comunicação dos interessados e da sociedade	504
12.3.5.5.	Definição dos processos suspensos	504
12.3.6.	Suspensão de outros recursos	504

12.3.6.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso.....	507
12.3.6.1.1.	Impugnação da decisão de suspensão.....	508
12.3.6.1.2.	Preclusão para análise da distinção	509
12.3.7.	Instrução	510
12.3.8.	Participação dos sujeitos no recurso de revista repetitivo	511
12.3.8.1.	Participação da parte da causa-piloto (processo paradigma)	513
12.3.8.2.	Participação dos entes coletivos.....	514
12.3.8.3.	Participação e intervenção do Ministério Público do Trabalho	517
12.3.8.4.	Participação dos sobrestados	519
12.3.8.4.1.	Poderes do sobrestado no recurso repetitivo	524
12.3.8.5.	Participação dos ausentes na formação do precedente	525
12.3.8.6.	Participação do <i>amicus curiae</i>	527
12.3.8.6.1.	Elementos necessários para viabilizar a participação do <i>amicus curiae</i> no incidente.....	528
12.3.8.6.2.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	530
12.3.8.6.3.	O <i>amicus curiae</i> e a participação dos sobrestados e ausentes	531
12.3.8.6.4.	Sujeito interessado	532
12.3.8.7.	Participação na audiência pública	533
12.3.9.	Julgamento.....	534
12.3.9.1.	Efeito do julgamento para os processos sobrestados ...	537
12.3.9.1.1.	Contraditório prévio à aplicação da tese ...	540
12.3.9.2.	Efeito do julgamento para os processos futuros.....	542
12.3.10.	Revisão da tese firmada.....	542
12.3.11.	Banco de dados de casos repetitivos	544
12.3.12.	Desistência da ação em curso no primeiro grau	545
12.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos	545
13.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	546
13.1.	Prequestionamento.....	546
13.2.	Princípio da fungibilidade.....	547
13.3.	Cabimento.....	547
13.4.	Divergência Jurisprudencial	548
13.5.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	549
13.6.	Recurso de revista no rito sumaríssimo	550
14.	Informativos do TST relacionados ao capítulo	550
14.1.	Transcendência	556
14.2.	Divergência Jurisprudencial	558

CAPÍTULO XIV

EMBARGOS NO TST	561
1. Contextualização.....	561
2. Embargos infringentes.....	564
2.1. Introdução.....	564
2.2. Previsão legal	564

2.3.	Prazo.....	564
2.4.	Competência	565
2.5.	Requisitos.....	565
2.6.	Decisões suscetíveis de impugnação.....	565
2.7.	Peculiaridades dos pressupostos recursais	566
2.8.	Procedimento	566
3.	Embargos de divergência (embargos à SDI)	567
3.1.	Introdução.....	567
3.2.	Previsão legal	568
3.3.	Prazo.....	568
3.4.	Competência	568
3.4.1.	Julgamento pelo relator	569
3.5.	Hipóteses de cabimento	570
3.6.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	572
3.6.1.	Divergência jurisprudencial	572
3.6.1.1.	Conceito.....	572
3.6.1.2.	Divergência atual	573
3.6.1.3.	Divergência fundada em súmula ou orientação jurisprudencial.....	573
3.6.1.3.1.	Súmula ou orientação de conteúdo processual.....	574
3.6.1.4.	Abrangência parcial da divergência	576
3.6.1.5.	Comprovação da divergência.....	577
3.6.2.	Prequestionamento	581
3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo	581
3.8.	Embargos de divergência na fase executiva.....	583
3.9.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo.....	585
3.10.	Embargos de divergência e recurso extraordinário.....	593
3.11.	Antigo recurso de embargos de nulidade	594
3.12.	Procedimento	594
4.	Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	595
4.1.	Recurso de Embargos à Seção de Dissídios Individuais do TST	595
4.1.1.	Cabimento	595
4.1.2.	Divergência Jurisprudencial.....	596
4.1.3.	Embargos para a SDI no rito sumaríssimo	598
4.1.4.	Embargos para a SDI na fase executiva.....	598
5.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	598

CAPÍTULO XV

AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	615
1. Introdução.....	615
2. Previsão legal	615
3. Prazo	616
4. Competência.....	616
5. Hipótese de cabimento.....	616
5.1. Juízo de admissibilidade parcial	618
6. Natureza da decisão de admissibilidade	619
7. Recursos que podem ser destrancados pelo agravo de instrumento	619

7.1. Agravo em recurso extraordinário	620
7.2. Agravo interno de decisão que denega seguimento ao recurso de revista..	621
7.2.1. Agravo interno e agravo de instrumento simultâneos de decisão que denega seguimento ao recurso de revista	623
7.3. Agravo de instrumento de decisão que denega seguimento ao agravo de instrumento.....	623
8. Pressupostos recursais	625
8.1. Depósito recursal.....	625
8.2. Formação do instrumento.....	626
8.2.1. Deficiência no traslado.....	628
8.2.2. Processo judicial eletrônico e agravo de instrumento no TST	628
8.3. Regularidade formal (fundamentação).....	628
8.3.1. Renovação dos fundamentos do recurso trancado	629
8.3.2. Motivação secundária e impertinente	631
9. Efeitos	633
10. Juízo de retratação	633
11. Julgamento do mérito do agravo de instrumento	633
12. Decisão do agravo de instrumento. Recorribilidade	634
12.1. Agravo de instrumento não provido.....	634
12.2. Decisão do relator que considera ausente a transcendência no agravo de instrumento.....	634
13. Procedimento	636
14. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	638
15. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	639

CAPÍTULO XVI

AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL	645
1. Introdução.....	645
2. Distinção	646
3. Prazo	646
4. Competência.....	647
5. Objeto	647
5.1. Decisão colegiada	647
5.2. Embargos de declaração recebidos como agravo interno.....	648
6. Pressupostos recursais	649
6.1. Agravo regimental por instrumento	649
7. Multa.....	650
7.1. Cumulação da multa do agravo interno com a indenização por litigância de má-fé	652
8. Procedimento	653
9. Súmulas do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo	657
10. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	658

CAPÍTULO XVII

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	661
1. Introdução.....	661
2. Previsão legal	661
3. Prazo	662
4. Competência.....	662

5.	Hipóteses de cabimento	662
5.1.	Decisão de última instância	663
5.2.	Decisão de única instância	664
5.3.	Esquema.....	665
6.	Pressupostos recursais	665
6.1.	Repercussão geral.....	666
6.1.1.	Reconhecimento da repercussão geral.....	667
6.1.2.	Não reconhecimento da repercussão geral.....	668
6.1.3.	Intervenção <i>amicus curiae</i>	668
6.2.	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	669
6.3.	Prequestionamento.....	669
7.	Efeito.....	670
8.	Procedimento	671
8.1.	Recurso Extraordinário Repetitivo	673

CAPÍTULO XVIII

RECURSO DE REVISÃO	677
1. Introdução.....	677
2. Previsão legal	677
3. Prazo	677
4. Competência.....	677
5. Hipótese de cabimento.....	678
6. Pressupostos recursais	678
7. Efeito.....	678
8. Procedimento	678

PARTE III

ASSUNTOS RELACIONADOS AOS RECURSOS

CAPÍTULO XIX

REMESSA NECESSÁRIA	683
1. Introdução.....	683
2. Sujeitos.....	683
3. Natureza jurídica	684
4. Recurso parcial da Fazenda Pública e a remessa necessária	685
5. Decisão submetida ao reexame necessário	686
6. Dispensa do reexame necessário	687
6.1. Hipóteses do art. 496, §§ 3º e 4º, do CPC.....	687
6.2. Ação popular e ação civil pública	690
7. Remessa necessária na ação rescisória	690
8. Remessa necessária no mandado de segurança	691
9. Julgamento monocrático da remessa necessária	693
10. <i>Reformatio in pejus</i>	693
11. Remessa necessária e o recurso de revista	694
12. Remessa necessária e a Execução provisória.....	695
13. Súmula do TST e orientações jurisprudenciais relacionadas ao capítulo.....	695
14. Informativo do TST relacionado ao capítulo.....	696

CAPÍTULO XX

PRECEDENTES JUDICIAIS	697
1. Introdução.....	697
2. Famílias jurídicas.....	697
2.1. <i>Civil law</i> (família romano-germânica).....	698
2.2. <i>Common law</i> (família anglo-saxônica)	698
2.3. Aproximação entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	700
3. Precedentes judiciais	700
3.1. Conceito	700
3.2. Natureza jurídica dos precedentes judiciais.....	701
3.3. Classificação dos precedentes	702
3.4. Estrutura dos precedentes	702
3.4.1. <i>Ratio decidendi</i> ou <i>holding</i>	703
3.4.2. <i>Obter dictum</i>	706
3.5. Precedente, jurisprudência e súmula	706
3.6. Precedentes judiciais no direito brasileiro	707
3.6.1. Regras e princípios atingidos.....	707
3.6.2. Rol dos precedentes obrigatórios no CPC/15.....	708
3.6.2.1. Súmulas.....	709
3.6.2.1.1. Súmulas anteriores ao CPC/15.....	711
3.6.2.2. Decisão judicial	712
3.6.3. Deveres gerais dos tribunais	715
3.6.4. Outros efeitos dos precedentes	716
3.6.5. Constitucionalidade dos precedentes obrigatórios no direito brasileiro	718
3.7. Técnicas para utilização dos precedentes	720
3.7.1. Distinguishing.....	720
3.7.2. Superação dos precedentes judiciais	722
3.7.2.1. <i>Overruling</i>	723
3.7.2.1.1. Fundamentação	727
3.7.2.1.2. Hipóteses de superação	728
3.7.2.1.3. Quem pode realizar a superação.....	730
3.7.2.2. Signaling (Sinalização)	731
3.7.2.3. <i>Overriding</i>	732
3.7.2.4. Eficácia temporal na superação do precedente.....	732
4. Aplicação da teoria dos precedentes judiciais no processo do trabalho	734
4.1. Omissão na CLT.....	735
4.2. Compatibilidade com o processo do trabalho	736
4.3. Súmulas e enunciados de jurisprudência do TST.....	739
4.3.1. Criação e alteração.....	739
4.3.2. Súmulas e outros enunciados dos TRTs	742
4.3.3. Conteúdo das súmulas e outros enunciados.....	742
5. Ônus de identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção ou superação	744
6. Meios de impugnação da decisão que não aplica ou aplica inadequadamente o precedente obrigatório	744
7. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	746

CAPÍTULO XXI

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	747
1. Introdução.....	747

2. Natureza jurídica	748
3. Cabimento e requisitos.....	749
4. Competência.....	751
5. Legitimidade	751
5.1. Desistência ou abandono	752
6. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	752
6.1. Banco de dados de casos repetitivos.....	753
6.2. <i>Amicus curiae</i> e participação de interessados.....	754
6.3. Intervenção do Ministério Público	754
6.4. Motivação reforçada	755
6.5. Revisão da tese jurídica firmada no incidente.....	755
7. Microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos (suspensão dos processos)	756
7.1. Suspensão na cumulação de pedidos e quando há necessidade probatória	757
7.2. Extensão da suspensão	757
7.3. Prazo da suspensão.....	758
8. Procedimento e julgamento	758
9. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	760
9.1. Ação rescisória	761
10. Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas	762
10.1. Natureza Jurídica	762
10.2. Objeto	763
10.3. Legitimidade	764
10.4. Competência	765
10.5. Julgamento	766
10.6. Coisa Julgada	766
11. Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	767

CAPÍTULO XXII

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	769
1. Introdução.....	769
2. Cabimento.....	769
3. Competência.....	770
4. Legitimidade	771
5. Objetivos	771
6. Requisitos	771
7. Microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	772
8. Procedimento	773
9. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência.....	774
10. Diferenças entre o incidente de resolução de demandas repetitivas e o incidente de assunção de competência	775
11. Assunção de competência no TST	776

CAPÍTULO XXIII

RECLAMAÇÃO	779
1. Previsão legal	779
2. Natureza Jurídica	780
3. Cabimento.....	781

3.1.	Preservação da competência do tribunal	781
3.2.	Garantia da autoridade das decisões do tribunal	782
3.3.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante.....	782
3.4.	Garantia da observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	783
3.5.	Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.....	784
3.6.	Garantia de observância de acórdão em repercussão geral reconhecida ou acórdão em recurso extraordinário repetitivo ou em recurso de revista repetitivo.....	784
4.	Requisitos para utilização da reclamação	785
5.	Reclamação como mecanismo de controle dos precedentes obrigatórios	787
6.	Reclamação de decisão transitada em julgado.....	789
7.	Reclamação de decisão monocrática e colegiada do TST	789
8.	Reclamação e recurso da mesma decisão	790
9.	Competência.....	790
10.	Legitimidade	791
11.	Prazo	791
12.	Procedimento	792
13.	Recurso da decisão da reclamação	793
14.	Informativos do TST relacionados ao capítulo.....	793

CAPÍTULO XXIV

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL.....	797
1. Introdução.....	797
2. Previsão.....	797
3. Prazo	797
4. Competência.....	797
5. Requisitos.....	798
6. Hipóteses de cabimento	798
7. Procedimento	798
8. Informativo relacionado ao capítulo	799

PARTE IV PRÁTICA RECURSAL

1.	Introdução.....	803
2.	Embargos de declaração	804
2.1.	Embargos de declaração da sentença	804
2.1.1.	Modelo	804
2.1.2.	Caso prático	807
2.2.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios	809
2.2.1.	Modelo	809
2.2.2.	Caso prático	811
2.3.	Contrarrazões em embargos de declaração	813
2.3.1.	Modelo	813
2.3.2.	Caso prático	815

3.	Recurso ordinário	817
3.1.	Recurso Ordinário de Sentença.....	817
3.1.1.	Modelo	817
3.1.2.	Caso prático	820
3.2.	Recurso Ordinário de acórdão do TRT	823
3.2.1.	Modelo	823
3.2.2.	Caso prático	826
3.3.	Recurso Ordinário de decisão que julga parcialmente o mérito	828
3.3.1.	Modelo	828
3.3.2.	Caso prático	831
3.4.	Recurso Ordinário de sentença normativa	833
3.4.1.	Modelo	833
3.4.2.	Caso prático	835
3.5.	Contrarrazões de recurso ordinário	838
3.5.1.	Modelo	838
3.5.2.	Caso prático	840
4.	Agravo de petição	842
4.1.	Agravo de Petição	842
4.1.1.	Modelo	842
4.1.2.	Caso prático	845
4.2.	Contraminuta	848
4.2.1.	Modelo	848
4.2.2.	Caso prático	850
5.	Recurso de revista.....	853
5.1.	Recurso de Revista por divergência jurisprudencial	853
5.1.1.	Modelo	853
5.1.2.	Caso prático	856
5.2.	Recurso de Revista por violação literal de disposição de lei federal ou afrenta direta e literal à Constituição Federal.....	864
5.2.1.	Modelo	864
5.2.2.	Caso prático	868
5.3.	Contrarrazões	873
5.3.1.	Modelo	873
5.3.2.	Caso prático	875
6.	Embargos ao TST	878
6.1.	Embargos Infringentes.....	878
6.1.1.	Modelo	878
6.1.2.	Caso prático	881
6.2.	Contrarrazões aos Embargos Infringentes.....	884
6.2.1.	Modelo	884
6.2.2.	Caso prático	886
6.3.	Embargos de Divergência (Embargos à SDI)	889
6.3.1.	Modelo	889
6.3.2.	Caso prático	892
6.4.	Contrarrazões aos Embargos de Divergência.....	898
6.4.1.	Modelo	898
6.4.2.	Caso prático	900
7.	Recurso adesivo	904
7.1.	Recurso Ordinário Adesivo	904
7.1.1.	Modelo	904

7.1.2. Caso prático	907
7.2. Agravo de Petição Adesivo	911
7.2.1. Modelo	911
7.3. Recurso de Revista Adesivo.....	915
7.3.1. Modelo	915
7.4. Embargos ao TST Adesivos	919
7.4.1. Modelo de embargos infringentes adesivos.....	919
7.4.2. Modelo de embargos de divergência adesivos.....	922
8. Agravo de instrumento	925
8.1. Agravo de Instrumento	925
8.1.1. Modelo	925
8.1.2. Caso prático	928
8.2. Agravo de Instrumento de juízo de admissibilidade parcial por negativa da prestação jurisdicional (IN nº 40/2016 do TST)	932
8.2.1. Modelo	932
8.2.2. Caso prático	935
8.3. Contraminuta ao Agravo de Instrumento	938
8.3.1. Modelo	938
8.3.2. Caso prático	940
9. Agravo interno.....	943
9.1. Agravo Interno	943
9.1.1. Modelo	943
9.1.2. Caso prático	945
9.2. Contraminuta.....	948
9.2.1. Modelo	948
9.2.2. Caso prático	950
10. Recurso extraordinário	953
10.1. Recurso Extraordinário.....	953
10.1.1. Modelo	953
10.1.2. Caso prático	957
10.2. Contrarrazões	964
10.2.1. Modelo	964
10.2.2. Caso prático	966
11. Recurso de revisão	969
11.1. Recurso de Revisão.....	969
11.1.1. Modelo	969
11.1.2. Caso prático	971
11.2. Contrarrazões	973
11.2.1. Modelo	973
11.2.2. Caso prático	975
12. Reclamação correicional.....	977
12.1. Reclamação Correicional	977
12.1.1. Modelo	977
12.1.2. Caso prático	979
13. Reclamação	981
13.1. Reclamação	981
13.1.1. Modelo	981
13.1.2. Caso Prático	983
BIBLIOGRAFIA	987